

DISPONIBILIDADE E REALIZAÇÃO DE RADIOGRAFIAS ODONTOLÓGICAS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO SUL DO BRASIL

JOHN VICTOR JUNIO BATISTA FERREIRA SILVA¹; ALISSA SCHMIDT SAN MARTIN²; NICOLE BRAMBATTI³; FERNANDA SILVA DE PIETRO⁴; MATEUS ANDRADE ROCHA⁵; LUIZ ALEXANDRE CHISINI⁶

¹*Universidade Federal de Pelotas – vitorjuniorx@gmail.com*

² *Universidade Federal de Pelotas – alissasanmartin@gmail.com*

³ *Universidade Federal de Pelotas - nicole.brambatti@gmail.com*

⁴ *Universidade Federal de Pelotas - fernanda-depietro@hotmail.com*

⁵ *Universidade Federal de Pelotas – mateus30a@gmail.com*

⁶*Universidade Federal de Pelotas - alexandrechisini@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A utilização de radiografias interproximais e periapicais como auxiliares na deteção de lesões de cárie assim como de lesões periapicais desempenham um papel fundamental e muitas vezes imprescindível para o estabelecimento de diagnóstico de diversas doenças da cavidade bucal. (AIDARA, 2011). Desta forma, a utilização de exames radiográficos complementares é muitas vezes necessária para um correto direcionamento e condução do plano de tratamento dos pacientes. Embora estas técnicas radiográficas sejam muito importantes em diversas situações clínicas, nem sempre o dentista pode ter acesso a esses exames complementares principalmente quando pensamos em termos de saúde pública e, consequentemente, no Sistema Único de Saúde (SUS) (PIRES, 2015; PUCCA, 2015).

Tendo em vista que a realização de um correto diagnóstico clínico é extremamente importante para a formulação de um plano de tratamento adequado e que para isso é necessário em diversas circunstâncias a disponibilidade de exames complementares como o de raios X, é importante que estes serviços sejam também disponibilizados aos profissionais dos serviços públicos de saúde e que os profissionais o utilizem quando os mesmos são disponibilizados.

Assim, o objetivo do presente estudo foi investigar a cobertura de raios X odontológicos disponibilizados pelo SUS nos municípios da região Sul do Brasil, assim como investigar a realização de procedimentos radiográficos nos municípios que apresentam equipamentos de raios X.

2. METODOLOGIA

Foi conduzido um estudo ecológico com utilização de dados secundários do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) como proposto por Pires et al.,(2015). Além disso, foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A coleta dos dados foi realizada durante o mês de março de 2017.

O SIA-SUS é um banco de dados que apresenta o registro dos procedimentos de âmbito ambulatorial, seja médico ou odontológico, realizados no SUS e vinculados ao departamento de informática do SUS. Assim, foi realizada uma

consulta referente à quantidade de Unidades Básicas de Saúde (UBS) com equipamentos odontológicos disponível em cada cidade da região sul através do SIA/SUS (tabnet.datasus.gov.br), item “Rede Assistencial”, opção estabelecimentos de saúde. Desta forma, o número de aparelhos de raios X odontológicos disponível em cada município foi investigado através do SIA/SUS, item “Rede Assistencial”, subitem “equipamentos”. Somente foram considerados os equipamentos odontológicos em funcionamento durante o período da coleta dos dados. Semelhantemente, a produção radiográfica foi coletada no SIA/SUS através do item “assistência à Saúde”, subitem “Produção Ambulatorial por local de atendimento – a partir de 2008”. Assim, foi coletada a produção odontológica radiográfica (interproximal e periapical) de cada município durante o ano de 2016.

Além disso, foi realizada uma consulta da população segundo o último censo demográfico de 2010 no site do IBGE (<http://cidades.ibge.gov.br>) para cada município dos estados do Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC) e Paraná (PR). Os municípios foram categorizados de acordo com o porte populacional, sendo que foram considerados municípios de pequeno porte populacional aqueles com população até 9.999, médio porte de 10.000 até 49.999 e grande porte aqueles com 50.000 ou mais habitantes.

Os dados foram tabulados em uma planilha no programa Microsoft Excel 2013 e posteriormente exportados para o software Stata 12, onde os dados foram analisados descritivamente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um total de 984 equipamentos de raios X foram encontrados nos 3 estados do sul do Brasil, no entanto, 60% dos municípios ($n=712$) não apresentaram ao menos um aparelho de raios X dentário disponível. Foi possível observar que municípios de grande porte populacional apresentam uma maior disponibilidade de aparelhos raios X do que municípios com menor porte populacional em todos os estados avaliados. Ademais, municípios com grande porte populacional apresentam uma média maior de equipamentos de raios X, sendo que no estado do Paraná municípios de grande porte populacional apresentaram uma média de quase 6 equipamentos por município. No entanto, quando comparamos a quantidade de equipamentos disponíveis em relação ao número de UBS com consultório odontológico observamos uma proporção pequena. No estado do Rio Grande do Sul, que apresentou a pior proporção, foi observada uma média de 0.21 aparelhos de raios X odontológicos para cada UBS, enquanto que o estado de Santa Catarina, o qual apresentou a melhor proporção, foi observada uma média de 0.31 aparelhos para cada UBS. No que diz respeito a proporção recomendada de equipamentos de raios X odontológicos por habitante, observamos que 68,4% dos municípios da região sul do Brasil apresentaram uma cobertura menor que a indicada. No estado de SC foram observados aproximadamente 43% dos municípios com a relação igual ou superior a recomendada. No entanto, no estado do Paraná foram observados que apenas 32% dos municípios apresentaram a cobertura adequada, assim como no estado do Rio Grande Do Sul apenas 24% dos municípios apresentaram tal cobertura.

Em relação a realização de radiografias periapicais e interproximais, aproximadamente 52% ($n=246$) dos municípios com equipamentos de raios X não realizaram nenhuma radiografia durante todo ano de 2016. Isso se refletiu na baixa média de procedimentos radiográficos observadas na tabela 4. O estado de Santa

Catarina apresentou a melhor relação de radiografias por habitante, sendo que foram realizadas uma média de 0.015 radiografias para cada habitante. Em contrapartida, o estado do Paraná apresentou a menor proporção, uma média aproximada de 0.003 radiografias por habitante durante o ano de 2016.

Embora a utilização de exames complementares como raios X não seja necessária para o diagnóstico de todas as condições orais, em diversas circunstâncias a sua utilização torna-se de extrema importância e, algumas vezes, ferramenta indispensável para a realização do diagnóstico e também do controle de diversas patologias orais (AIDARA, 2011; SAOUD, 2014). Assim, sua disponibilidade para os usuários do SUS também se faz importante. No entanto, o presente estudo observou que menos da metade dos municípios da região Sul do Brasil apresentaram pelo menos um aparelho de raios X disponível e em funcionamento. Além disso, foi observado que entre os municípios que possuem raios X disponíveis, mais de 50% deles não realizaram nenhuma radiografia durante o período avaliado.

4. CONCLUSÕES

Além de uma pequena cobertura de equipamentos de raios X odontológicos pelo Sistema Único de Saúde nos estados do Sul do Brasil, foi observada uma pequena realização de procedimentos de raios X nos municípios que dispunham destes equipamentos. Desta forma, a disponibilidade de equipamentos não necessariamente implicou na execução de radiografias.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIDARA, A.W.; PITTS, N.; MARKOWSKA, N.; et al. Quality of data gathered with International Caries Detection and Assessment System (ICDAS) assessment and dentists' perceptions of completion of dental records. **International Dental Journal**, v. 61, p. 314-20, 2011
- PIRES, A.L.C.; GRUENDEMANN, J.L.A.L.; FIGUEIREDO, G.S.; et al. Atenção secundária em saúde bucal no Rio Grande do Sul: análise descritiva da produção especializada em municípios com Centros de Especialidades Odontológicas com base no Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde. **Revista da Faculdade de odontologia UPF**. v. 20, p. 325-333, 2015
- PUCCA, G.A.; JR, G.M.; DE ARAUJO, M.E.; DE ALMEIDA, F.C. Ten Years of a National Oral Health Policy in Brazil: Innovation, Boldness, and Numerous Challenges. **Journal of Dental Research**. v. 94, n. 10, p. 1333-1337, 2015
- SAOUD, T.M.; ZAAZOU A, NABIL A, ET AL. Clinical and radiographic outcomes of traumatized immature permanent necrotic teeth after revascularization/revitalization therapy. **Journal of Endodontics**. v.40, p.1946-1952, 2014